

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**VANESSA LEITE DE SOUSA**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: contexto da Escola Municipal Padre  
Madeira, Picos/PI**

**PICOS – PI  
2013**

**VANESSA LEITE DE SOUSA**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: contexto da Escola Municipal Padre  
Madeira, Picos/PI**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros – Picos/PI, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> M.Sc. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz

Eu, **Vanessa Leite de Sousa**, abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI, 17 de abril de 2013.

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca José Albano de Macêdo

S725e Sousa, Vanessa Leite de.  
Educação de Jovens e adultos: contexto da Escola Municipal Padre Madeira, Picos,PI / Vanessa Leite de Sousa. – 2013.  
CD-ROM : 4 ¼ pol.; il. (63 p.)  
Monografia(Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2013.  
Orientador(A): Profa. Msc. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz  
1. EJA. 2. Formação escolar. 3. Conhecimento. 4. Desenvolvimento. I. Título.

CDD 374

**VANESSA LEITE DE SOUSA**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: contexto da Escola Municipal Padre  
Madeira, Picos/PI.**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Piauí, Curso de Licenciatura em Pedagogia, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Picos/PI, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

**BANCA EXAMINADORA**

Monografia aprovada em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

---

Prof<sup>a</sup> M. Sc. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz  
Orientadora-UFPI

---

Prof<sup>a</sup> M. Sc. Marta Rochelly Ribeiro Gondinho  
Membro-UFPI

---

Prof<sup>a</sup> Esp. Claudete Santana de Sousa  
Membro-UFPI

Picos, PI.

2013

Dedico este trabalho à minha família e especialmente a minha mãe, por ser uma amiga, companheira e exemplo de persistência e dedicação que culminam no êxito da minha trajetória universitária.

## **AGRADECIMENTO**

A Deus por sempre nos mostrar a saída principalmente nos momentos mais difíceis da minha vida.

Às pessoas que nos ajudaram, que foram várias, e neste momento de ansiedade, devido a conclusão do trabalho, tememos ser injustos, deixando escapar da memória algumas daquelas que contribuíram com a melodia da nossa orquestra.

A minha orientadora Prof<sup>a</sup> Isabel Cristina de Aguiar Orquiz pela paciência nos momentos em que precisei de sua orientação.

Em especial as pessoas que contribuíram, respondendo o questionário que embasou minha pesquisa.

Ensinar é uma especificidade humana que exige segurança, competência, alegria, generosidade e sobretudo muito amor. Não há educação sem amor, quem não for capaz de amar os seres inacabados não pode educar.

Paulo Freire

## LISTA DE SIGLAS

EJA – Educação de Jovens e Adultos.....	12
LDBN – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional .....	12
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização .....	19



## LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Gênero Sexual .....	48
Gráfico 2 – Qualidade de Vida .....	50
Gráfico 3 – O Ensino da Eja Valoriza o Saber Crítico do Aluno .....	52

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Inserção no mercado de trabalho .....	51
Quadro 2. Aplicação dos conhecimentos formais no trabalho .....	52

## RESUMO

O papel da Modalidade de Ensino EJA é fornecer subsídios para que os alunos se afirmem como sujeitos ativos, críticos, criativos e democráticos. Tal modalidade deve voltar-se a uma formação na qual os alunos possam aprender constantemente, refletir de modo crítico, agir com responsabilidade individual e coletiva, acompanhar a dinamicidade das mudanças sociais, enfrentar problemas construindo soluções utilizando os conhecimentos científicos, tecnológico e sócio histórico. Dessa maneira, o presente estudo teve como objetivo investigar de que forma a escola municipal Padre Madeira, Picos/PI, desenvolve suas atividades educacionais no que diz respeito à modalidade de ensino EJA - Educação de Jovens e Adultos. Para o embasamento teórico desse estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica em autores como Arroyo (1991), Charlot (2000), Cavalcante (2005), Cattani (1997), Libâneo (1998), Ferracine (1990), Machado (2006), Moura (2003), Moisés (1999), Frigotto (2002), Soares (1998), Pinto (1997), Parecer n 11/2000- CNE/CEB LDBN. 9394/9, entre outros. E, uma pesquisa de campo de natureza descritiva através da aplicação de dezesseis questionários, sendo que cinco destinados aos professores e onze aos educandos que participam do contexto da Educação de Jovens e Adultos a noite, na escola cima mencionada. A pesquisa permitiu verificar de perto como acontece de fato o desenvolvimento no Ensino Fundamental I e II, na 1ª e 4ª etapas, se a escola busca de fato desenvolver todas as habilidades e competências que abrangem essa modalidade de ensino. Portanto, a Educação de Pessoas Jovens e Adultas representa um instrumento indispensável para a aquisição de conhecimento, informação e formação profissional, através do processo de socialização, integração, buscando sempre que possível desmistificar os choques culturais e socioeconômicos presentes na atual conjuntura.

**Palavra-Chave:** EJA. Formação escolar. Conhecimento. Desenvolvimento.

## **ABSTRACT**

The role of Teaching Mode EJA is to provide grants for students to assert themselves as active, critical, creative and democratic. That method should return to training in which students can constantly learn, reflect critically, act with individual and collective responsibility, to monitor the dynamics of social change, face problems building solutions using scientific knowledge, technological and social history. Thus, the present study aimed to investigate how the school hall Father Wood, Spikes / IP, develops its educational activities with regard to the mode of teaching adult education - Education for Youth and Adults. For the theoretical basis of this study we performed a literature search on authors such as Arroyo (1991), Charlot (2000), Cavalcante (2005), Cattani (1997), Libâneo (1998), Ferracine (1990), Machado (2006), Moura (2003), Moses (1999), Frigotto (2002), Soares (1998), Pinto (1997), Opinion n 11/2000- CNE / CEB LDBN. 9394/9, among others. And, a field survey of descriptive nature through the application of sixteen questionnaires, five for teachers and eleven students who participate in the context of Education for Youth and Adults night, the school mentioned above. Research has shown how closely the development actually happens in Elementary Education I and II, the 1st and 4th stages, if the school in fact seeking to develop all the skills and competencies that cover this type of education. Therefore, the Education Youth and Adult is an indispensable tool for the acquisition of knowledge, information and training, through the process of socialization, integration, seeking wherever possible to demystify the cultural and socioeconomic shocks present in the current conjuncture.

Keyword: EJA. Education. Knowledge. Development.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO I</b> .....	18
1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....	18
1.1 Relação Alfabetização e Letramento.....	24
1.2 Aspectos Sociais Considerados Como Determinantes da Evasão Escolar na EJA .....	26
1.3 O Que Funciona na Escola para Jovens e Adultos .....	28
<b>CAPITULO II</b> .....	30
2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E O MUNDO DO TRABALHO.....	30
2.1 O papel da escola e do professor na construção do saber crítico.....	34
2.2 Sala de aula: espaço propício à construção do conhecimento.....	36
2.3 O currículo da educação de jovens e adultos conforme a LDBN 9394/96_art.37-38 .....	40
<b>CAPÍTULO III</b> .....	45
<b>3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS</b> .....	45
3.1 Percurso Metodológico.....	45
3.2 Contexto da Pesquisa .....	45
3.3 Amostra .....	46
3.4 Resultado da Pesquisa.....	46
3.5 Depoimentos dos professores que atuam em EJA .....	46
3.6 Ouvindo a fala dos educandos de EJA .....	48
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	54
<b>REFERENCIAS</b> .....	56
<b>APÊNDICES</b> .....	59

## INTRODUÇÃO

A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino destinada àqueles que não tiveram acesso à educação na idade certa. É uma educação voltada para a formação daqueles que por diversas razões não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos.

A educação de jovens e adultos iniciou-se no Brasil desde os anos trinta, décadas se passaram e até os dias atuais nosso país continua contabilizando altos índices de analfabetismo. A educação pública brasileira tem potencializado o “analfabetismo funcional”, o aluno codifica e decodifica, mas não consegue interpretar, compreender o que lê (UNESCO, 1978).

Atualmente a discussão em torno da EJA, vem se tornando um desafio para educadores e especialistas em educação. A inclusão desta modalidade de ensino no Projeto Político-Pedagógico da escola deve atender as possibilidades do aluno e contribuir para uma aprendizagem satisfatória, consciente e cidadã; equalizando oportunidades educacionais e resgatando uma dívida social com aqueles que foram de alguma forma excluídos ou não tiveram acesso ao sistema escolar (PARECER N 11/2000- CNE/CEB).

As escolas, mais que quaisquer outras instituições são chamadas a se tornarem agentes de transformação social. Pois sem dúvida o conhecimento é o elemento essencial para a transformação; nessa perspectiva o currículo é um instrumento que inclui e viabiliza uma educação crítica, construtiva e cidadã em toda a sua dimensão humana.

A escolha do presente tema justifica-se pelos altos índices de analfabetismo existente em nosso país, sobretudo, o analfabetismo funcional. Resgatar um direito constituído em Lei, em que, todos os cidadãos devem ter acesso à educação, gratuita e de qualidade como ressalta os princípios e fins da LDBN. 9394/96.

A LDB, em seu Art. 2º menciona que “A educação, dever da família e do estado, inspirado nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho”.

Já o artigo 4º e os incisos I, VI e VII enfatizam os direitos dos cidadãos a educação e discorrem:

- I- ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- VI- Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- VII- Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições para acesso e permanência na escola.

Como se pode verificar a própria legislação da educação brasileira reconhece a responsabilidade e comprometimento que se tem com as pessoas que não puderam realizar seus estudos em idade e período correto. No entanto, fica claro que a escola deve buscar uma forma de organização que possibilite contribuir com formação escolarizada, profissional, social e política no que diz respeito à formação do educando jovem e adulto enquanto cidadão e cidadã.

Diante dos desafios que cada educador enfrentará para promover um ensino construtivo, dinâmico e adequado e que vá de encontro às demandas da sociedade atual; é imprescindível que o educador, não só da EJA, mas de todas as modalidades de ensino, seja estudioso, pesquisador e, principalmente reflexivo no decorrer de sua prática docente.

Assim, para discutir a temática EJA e o mundo do trabalho no contexto educacional utilizou-se como embasamento os teóricos como: Arroyo (1991), Charlot (2000), Cavalcante (2005), Cattani (1997), Libâneo (1998), Ferracine (1990), Machado (2006), Moura (2003), Moisés (1999), Frigotto (2002), Soares (1998), LDBN 9394/96, Pinto (1997), entre outros.

O currículo escolar está dentre os temas que historicamente faz parte dos debates e reflexões no âmbito da educação pública brasileira, e que ainda ocupa cada vez mais espaço relevante no cenário das políticas públicas e da educação pública. Sendo que o mesmo também precisa ser discutido e revisto no contexto da Educação de Jovens e Adultos.

A pesquisa teve como objetivo investigar de que forma a Educação de Jovens e Adultos tem contribuído para a inserção do educando desta modalidade de ensino no mercado de trabalho. Dessa maneira, se buscou compreender o que é Educação de Jovens e Adultos? Que diretrizes curriculares norteiam a prática docente para promover o ensino da EJA? Quais habilidades são necessárias ao educador da EJA para uma práxis pedagógica eficiente? E ainda se a escola desenvolve projetos voltados para a efetivação e construção do saber crítico e cidadão?

Em busca de respostas as questões acima mencionadas e para maior aprofundamento em relação à realidade da EJA, o estudo foi desenvolvido nas séries iniciais e finais do ensino fundamental I e fundamental II, respectivamente da I e IV etapa, na Escola Municipal Padre Madeira, localizada no município de Picos/PI.

Para que o ensino da EJA se efetue com eficácia, faz-se necessária ações de planejamento estratégico, intencional e preventivo voltado especificamente para esse público alvo. Com isso, as escolas através da sua filosofia de trabalho necessitam contemplar a diversidade, pluralidade e dinâmica existente nas diferentes modalidades de ensino, sobretudo, a Educação de Jovens e Adultos.

A ação do planejar promove uma reflexão a cerca das condições do processo educativo no intuito de envolver, integrar e fortalecer a comunidade escolar, concretizando situações reais e práticas do movimento educativo nas dimensões cognitivas, sociais e efetivas. Assim, precisa-se entender o currículo escolar como o pensar e o agir das questões inerentes ao currículo tais como: Para que ensinar? A quem ensinar? O que ensinar? E como ensinar?

Sendo assim, o currículo escolar deve, pois ser produzido e desenvolvido a partir do conhecimento prévio da realidade de cada aluno individualmente, valorizando suas experiências intra e extraescolar. Neste sentido, deve-se extinguir todo e qualquer tipo de preconceito no intuito de valorizar o conhecimento de mundo do aluno, para então viabilizar as atividades que serão desenvolvidas pelo professor.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino destinada aqueles alunos que não tiveram acesso à educação na idade certa. A EJA é uma educação voltada para a formação e para a possibilidade da inserção desse aluno no mercado de trabalho, dando-lhe a oportunidade e as condições necessárias aos jovens e adultos de concluir seus estudos, de terem condições e habilidades para atuar no mercado de trabalho de forma produtiva e com dignidade (LDBN nº 9394/96).

O presente estudo classifica-se como sendo uma pesquisa de campo e teve por objetivo conhecer a Educação de Jovens e Adultos no contexto da Unidade Escolar Padre Madeira. Esse estudo realizou-se no mês de novembro de 2012, na Escola acima mencionada, localizada na Rua Francisco Protá, s/nº, Centro de Picos-PI. Além da pesquisa de campo para fundamentação teórica do trabalho foi desenvolvida pesquisa bibliográfica, para apresentar o que dizem os teóricos sobre



a temática pesquisada e elucidar o que acontece de fato no contexto escolar dessa instituição de ensino.

Para a realização dessa pesquisa, utilizou-se como instrumento de coleta de dados, a aplicação de questionários, sendo que 5 (cinco) foram destinados aos professores participantes e 11 (onze) aos alunos. O questionário destinado aos professores continha dez perguntas, cinco objetivas e cinco subjetivas, para discorrer sobre o tema em foco. O questionário destinado aos alunos possuía sete perguntas, três objetivas e quatro subjetivas, para tratar do tema pesquisado. Esses questionários foram destinados a professores e alunos que estão inseridos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no horário noturno.

Para melhor apresentar o presente estudo monográfico, o mesmo foi dividido em três capítulos, sendo que o primeiro capítulo é composto pelo histórico da educação de jovens e adultos, relação alfabetização e letramento, aspectos sociais considerados como determinantes da evasão escolar na EJA e o que funciona na escola para jovens e adultos.

O segundo capítulo, trata-se da educação de jovens e adultos e o mundo do trabalho, o papel da escola e do professor na construção do saber crítico, sala de aula: espaço propício à construção do conhecimentos concepções e o currículo da educação de jovens e adultos conforme a LDBN 9394/96 art. 37-38. Já, no terceiro capítulo será apresentado à análise e resultados da pesquisa. E por fim, as considerações finais e as referencias utilizadas na pesquisa.

A Educação de Jovens e Adultos foi durante muito tempo desenvolvido da mesma maneira que o ensino ministrado para crianças. Ou seja, realizado de modo tradicional e arbitrário, onde o professor era o centro do processo educativo. Deu-se ênfase nas disciplinas isoladamente e aos conteúdos por eles mesmos transmitidos de forma linear e unilateral, com predominância autoritária do professor, cabendo a ele a função de transmissor do conhecimento, e por sua vez, uma atitude passiva do aluno, na condição de receptor dos conteúdos reconhecidamente necessários ou no máximo com atitudes pouco flexíveis e bastante repetidoras.

Nos dias atuais não se admitem mais esse tipo de ensino, o currículo da EJA deve ser pensado de maneira que possa realizar ações concretas e que tenha seu início no conhecimento de mundo desse aluno, permitindo a ele um conhecimento que construa e avance em seu próprio saber através de projetos que possam

melhorar sua qualidade de vida, especificamente dentro da realidade onde estão inseridos, oportunizando-lhes atuar como sujeitos autônomos.

O currículo escolar nos dias atuais deve evidenciar a preocupação com a aprendizagem dos elementos essenciais da cultura e o desenvolvimento das habilidades intelectuais do homem, priorizando principalmente, a formação integral do sujeito em toda sua plenitude, seja qual for à modalidade de ensino, mas, sobretudo, na EJA. Pois esse aluno só aprende se esta aprendizagem fizer ou tiver algum sentido real para o mesmo.

## CAPÍTULO I

### 1. ANÁLISE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) está organizada dentro de uma educação escolar explicitada no artigo 22 da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996). Tendo como objetivo “desenvolver o educando, assegurando-lhe formação comum indispensável para o exercício da cidadania e a fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi inserida no Brasil desde o período do Brasil Colônia, de uma forma mais assistemática, as iniciativas governamentais no sentido de oferecer educação para os jovens e adultos são recentes. A educação escolar no período colonial teve três fases: a de predomínio dos jesuítas; reformas do Marquês de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759; e a do período em que D. João VI, então rei de Portugal, trouxe a Corte para o Brasil (1808-1821).

No Brasil Colônia, o ensino dos jesuítas tinha como fim não apenas a transmissão de conhecimentos científicos, escolares, mas a propagação da fé cristã, doutrinação religiosa, abrangendo um caráter muito mais religioso que educacional. Os métodos jesuíticos permaneceram até o período pombalino com a expulsão dos jesuítas, neste período, Pombal organizava as escolas de acordo com os interesses do Estado, com a chegada da família Real ao Brasil a educação perdeu o seu foco que já não era amplo.

Nessa época, pode-se constatar uma fragilidade da educação, por não ser esta responsável pela produtividade, o que acabava por acarretar descaso por parte dos dirigentes do país (CUNHA, 1999). No Brasil Império, algumas reformas educacionais aconteceram e estas preconizavam a necessidade do ensino noturno para adultos analfabetos.

Com o desenvolvimento industrial, no início do século XX, inicia-se um processo lento, mas crescente, de valorização da educação de adultos. Porém, essa preocupação trazia pontos de vista diferentes em relação à educação de adultos, quais sejam: a valorização do domínio da língua falada e escrita, visando o domínio das técnicas de produção; a aquisição da leitura e da escrita como instrumento da

ascensão social; a alfabetização de adultos vista como meio de progresso do país; a valorização da alfabetização de adultos para ampliação da base de votos.

Somente partir da Revolução da década de 30 deu-se uma maior ênfase a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, com o processo de industrialização e urbanização que contribuiu fortemente para que esse fato ocorresse. Com a implantação de um sistema de educação elementar que coloca a educação de adultos na pauta das exigências sociais. Nos anos 40 esse movimento inclui articulação nacional da extensão do ensino elementar para os adultos.

No ano de 1946, deu-se o maior índice de expansão da escola básica regular em prol da educação de adolescente e de adultos com o objetivo de qualificar a população para o exercício do voto. No ano seguinte o Ministério da Educação e Saúde promoveu a campanha de educação de adolescentes e adultos com ação predominante rural (MOURA 2001).

A alfabetização era vista predominantemente como a capacidade de ler, escrever e fazer cálculos aritméticos. Promover a alfabetização significava dar aos indivíduos a capacidade de decodificar a linguagem, em forma escrita. Os adultos eram tratados como crianças, a relação professor-aluno era hierárquica, com pouca participação por parte do aluno e o currículo desobrigado a se articular com a vida cotidiana.

Na década de 50, a educação de adultos era entendida como educação de base, para tentar um processo de educação comunitário. A alfabetização não é mais vista como uma simples transmissão de técnicas rudimentares da leitura e da escrita, e sim uma preocupação com os conteúdos pedagógicos que instrumentalizarão os adultos para o mundo do trabalho.

Segundo Gadotti (1995) até a segunda Guerra Mundial a Educação de Adultos era integrada a Educação Popular, ou seja, educação para o povo, difusão do ensino elementar. Somente depois da Segunda Guerra Mundial foi concebida como independente do ensino elementar para a educação de adultos em âmbito histórico, podendo ser dividida em três períodos:

O primeiro abrange o período de 1946 a 1968, foram realizadas campanhas nacionais de iniciativa oficial para erradicar-se o analfabetismo.

Em 1958, foi realizado o segundo período onde o Congresso Nacional de Educação de Adultos, tinha como pauta abrir a discussão para a problemática da

“alfabetização” que desencadeou o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Paulo Freire e extinto pelo Golpe Militar em 1964 (MACHADO, 2006).

Já o terceiro período inicia com a implantação da modalidade de ensino “MOBRAL” que foi concebido como um sistema de ensino que visava o controle de alfabetização da população, principalmente rural.

Pode-se perceber que a educação brasileira se arrastou precariamente desde a década de 30 até os anos 60, dando atenção somente à classe dominante, deixando a maioria da população sem acesso ao conhecimento sistematizado. Mas, a partir da década de 60, o país teve que pensar em políticas educacionais para expandir as oportunidades de escolarização, atendendo aos interesses do mercado interno e as exigências internacionais.

Durante a Ditadura Militar, até meados dos anos 80, as práticas de alfabetização de jovens no âmbito oficial utilizaram uma abordagem metodológica centrada no ecletismo entre métodos analíticos, sintéticos e mistos, com aulas expositivas, auxiliadas por recursos didáticos uniformizados para todo país. Os conteúdos eram ligados à educação moral e cívica e do comportamento do mundo do trabalho (MACHADO, 2006).

Na década de 70, a educação ganhou um pouco mais de notoriedade com o olhar de Paulo Freire, a alfabetização crítica é entendida como a capacidade de participar como cidadão atuante, de uma democracia, de criticar as práticas institucionais, de reivindicar direitos e de desafiar as estruturas do poder.

Freire inovou (Apud SGSI, POR UM BRASIL ALFABETIZADO, 2006, p. 7) o ensino da EJA, pois

Testou novas metodologias de alfabetização partindo de palavras chave que tinham significados imediatos para alunos. Essa abordagem ensina as pessoas a perguntarem por que as coisas são, como são e a tomarem iniciativas autônomas no sentido de transformá-las. Os alunos deixam de serem vistos como “objetos” e passam a serem atores e sujeitos.

Embora a abordagem freiriana a princípio fosse vista como uma metodologia de aquisição de alfabetização, seu impacto transferiu a alfabetização da sala de aula para a arena sociopolítica.

A alfabetização na ótica do MOBRAL usava à valorização do homem, por meio da aquisição da leitura e escrita, do cálculo e do aperfeiçoamento dos processos da vida e de trabalho, bem como a integração social desse homem à

família, à comunidade e à nação (SESI por um Brasil Alfabetizado, 2006).

Somente a partir da década de 80, a alfabetização é vista como uma das maneiras pelas quais o poder opera na sociedade, sendo institucionalizada em modos de escolarização e outros padrões estabelecidos de transmissão de conhecimento.

Tendo como ponto de partida, o método de Freire, foi admitida uma distinção entre: Alfabetização autônoma – capacidade de aprender, independentes de valores e de contextos; e a alfabetização ideológica – a concepção de uma prática necessariamente defendida pelo contexto político e social (FREIRE, 2004).

As campanhas massivas da época despertavam a atenção para as necessidades de abordagens educacionais e metodologias mais flexivas, com enraizamento mais profundo nas diversificadas necessidades dos alunos.

Identifica-se na história da alfabetização de adultos no Brasil, um confronto de ideias entre as duas formulações dominantes: Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, que se apresenta como única concepção organicamente voltada para a alfabetização de adultos. E a concepção de alfabetização como processo de aquisição de uma técnica de codificação oral (para escrever) e de decodificação da escrita (para ler), conforme Frigotto (2002).

Em 1985 com a Nova República, o MOBRAL foi substituído pela Fundação EDUCAR (Educação Nacional de Jovens e Adultos) instituída no período do Governo Collor. A imagem pública do MOBRAL fica identificada com a ideologia e práticas do regime autoritário, e para simbolicamente romper com esse período, resolve extingui-la, em 1985, é o momento da retomada da democratização das relações sociais e das instituições públicas, concretizando-se como período de alargamento do campo dos direitos sociais.

Em 1988 a Constituição Federal passa a mencionar a responsabilização do Estado pela oferta pública, gratuita e universal da educação básica de Jovens e Adultos, incluindo a alfabetização e pós – alfabetização, bem como a elaboração das constituições estaduais e a Lei orgânica dos municípios. Apesar de garantir o direito à alfabetização, na prática o poder não oferece as condições necessárias para esses alunos ingressarem e garantirem a sua permanência na escola.

Nos anos 90 a alfabetização é concebida como sendo,

Alfabetização ao longo da vida, constituindo-se no “conhecimento” e nas habilidades básicas necessárias a todos no mundo em rápida

transformação e como “um direito humano fundamental” e como uma capacidade necessária em si mesma, e “um dos alicerces das demais habilidades necessária para a vida” (DECLARAÇÃO DE HAMBURGO, 1997, Apud SESI, 2006, p.19)

No entanto, com o fechamento da Fundação Educar, em 1990, o governo federal ausenta-se deste cenário educacional havendo um esvaziamento constatado pela inexistência de um órgão ou setor do Ministério da Educação voltado para esta modalidade de ensino. Como também a não viabilidade de recursos financeiros, aliado a escassa produção de pesquisa, tem ao longo de décadas contribuído para que esta modalidade de ensino se torne uma mera reprodução de ensino para adultos. Isso explica, o histórico distanciamento da sociedade civil e Estado à respeito dos problemas educacionais brasileiros (MOURA, 2001).

Somente a partir de 2003 a Educação de Jovens e Adultos (EJA), retornou a agenda política em especial com o tema “alfabetização”, apontada como uma estratégia para fazer frente à exclusão e a desigualdade social vista como uma via para a construção de uma sociedade democrática para garantir os direitos humanos e para promoção, tolerância e solidariedade.

Segundo a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96), os artigos que incidem, sobre a temática, a educação de Jovens e Adultos é tratada inicialmente no artigo 4º, em dois momentos:

Art. 4º o dever do Estado com a educação escolar publica será efetivada mediante a garantia de:

I- Ensino Fundamental obrigatório e gratuito inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

VII- Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos com características e modalidades adequadas as suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acessos e permanência na escola.

De acordo com Haddad (2008), a educação começou oficialmente quando se estruturava o sistema publico de ensino. Mas, a verdade é que tudo isso começou com a chegada dos Jesuítas ao Brasil, as tentativas de ação nessa área com o sonho dos Jesuítas em catequizar os índios. Cuja função era na verdade manipular o trabalho dos índios já que esses não se deixavam escraviza-los e não propriamente alfabetiza-los. Fazer crítica ao sistema de ensino dos jesuítas em relação ao sistema de ensino implantado por Marques de Pombal

A escola publica no Brasil foi remodelada para sanar as necessidades de formação de mão-de-obra barata e qualificada para o trabalho em indústrias,

comércios e fábricas (Meksenas, 1992). É, portanto uma formação técnica com a produção de profissionais em massa, não ocorrendo a preocupação com os conteúdos e com a produção do saber, nem de um currículo que se encontra contextualizado num projeto de sociedade global. Em formar cidadãos autônomos que se localizem no tempo e no espaço. A não oportunidade dessas condições de ensino contribui para um fator inerente a EJA, o fenômeno da “evasão”.

Respalhada nessa análise a educação de Jovens e Adultos deveria ser, um compromisso inadiável do Estado e a sociedade para aqueles que pela própria necessidade de sobrevivência ou pela ineficiência do sistema escolar foram excluídas da escola e do mercado de trabalho, e por não disporem que qualificação profissional adequada para atuar no mercado de trabalho global, com uma demanda cada vez maior de conhecimentos, tecnologias em maquinários, cada vez mais sofisticados; Exigindo habilidades técnicas e multifuncional.

A EJA é uma categoria organizacional constante na estrutura da Educação nacional com finalidades e funções diferentes, como explica Pinto no Parecer (CEB Nº 11/2000)

EJA representa uma dívida social não reparada para os que não tiveram acesso e nem domínio de leitura como bem social, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado desse acesso é de fato a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea.

Na percepção de Paulo Freire (2007, p.81), os conceitos de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos estão muito próximas:

A alfabetização é mais que um simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. Com efeito, ela domina essas técnicas em termos conscientes. É entender o que ler e escrever o que entende. Implica uma autoformação do qual pode resultar uma postura sobre o seu contexto. Por isso, a alfabetização não pode ser feita de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto apenas ajustado pelo educador.

Nesse contexto, é importante ressaltar, que a realidade educacional brasileira o fluxo escolar no ensino básico é prejudicado pela evasão e repetência, implicando numa defasagem idade-série. Refletindo essa realidade a atual LDB prevê um conjunto de mecanismos destinados à correção dessa defasagem idade-série e regularização do fluxo, os quais se encontram no artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei, Nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996.



Art. 37: a Educação de jovens e Adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§1º Os sistemas de ensino assegurarão regularmente aos jovens e adultos, que não puderem efetuar seus estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho mediante cursos e exames.

§ 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (LDB, nº 9.394/96)

De acordo com a LDB vigente, a EJA oferece educação regular com as características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, assegurando aos que trabalham condições de acesso e sua permanência na escola. Mas, na prática essa clientela fica a mercê da própria sorte e é exatamente por sua carga excessiva de trabalho e por ser ele o aluno tem que se adequar as condições do sistema educacional, que estes se evadem e se tornam excluídos da escola e do mercado de trabalho, esta reparação e equiparação na prática não acontece na modalidade de ensino Educação de jovens e Adultos (EJA).

### **1.1 Relação Alfabetização e Letramento**

O vocábulo letramento surgiu de acordo com Soares (1998), da necessidade de uma maneira de compreender a alfabetização. A escolha do termo letramento no Brasil derivou do que em inglês denomina-se Literacy que, etimologicamente, vem do latim Litera (letra), e o sufixo – cy em inglês denotando condição, estado, fato de ser. Literacy, portanto, é o estado ou condição daquele que aprende a ler e escrever. Notamos na definição da palavra letramento, que para Soares (1998, p.47) “a ideia implícita de que a escrita traz consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas e linguísticas para todo o grupo social, assim como para o próprio indivíduo”.

A alfabetização precisa ter um espaço especial na escola, porque é nela que o educando vai construir seu processo de leitura e escrita e também irá construir seus primeiros passos para a vida escolar. Seja qual for a sua idade de início escolar, criança, jovem ou adulto, o primeiro passo para o bom êxito educacional é o processo de desenvolvimento de uma alfabetização eficaz, desenvolvendo, sobretudo, habilidade de leitura e escrita.

Desse modo, a escola deve ter um currículo que trabalhe com todos seus alunos no seu contexto social, respeitando as individualidades e dificuldades, buscando reparar e equipar a desigualdade social e oportunizando as condições para formar cidadãos conscientes de seus direitos, deveres e obrigações, numa sociedade globalizada, buscando a formação integral do indivíduo.

No processo de alfabetização a concepção teórica e a sua consequente metodologia vai ajudar o aluno a construir sua aprendizagem. Pois uma metodologia utilizada para favorecer a construção da aprendizagem, precisa que o professor conheça bem os seus alunos, sua realidade e suas diversidades e sua cultura. É nessa linha de pensamento, com a inserção do contexto social e cultural dos alunos, que o processo educativo acontece de forma satisfatória e vai de encontro aos anseios e necessidades de uma sociedade mais justa e igualitária.

Conforme Machado (2006, p. 52)

Num método baseado na aprendizagem e na reflexão, a situação inicial de cada aprendiz é diferente, porque cada um tem sua própria história de vida e conhecimentos. Como diz uma velha recomendação da metodologia, deve se partir sempre da realidade da criança.

Desse modo, os processos de ensinar e de aprender a leitura e a escrita na fase inicial de escolarização de crianças se apresentam como um momento de passagens para um mundo novo, para o Estado, para o cidadão, o mundo público da cultura letrada, que instaura novas formas de relação dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história e com o próprio Estado; um mundo novo que instaura, enfim, novos modos de conteúdos de pensar, sentir, querer e agir. A partir do movimento em que a concepção de letramento passou a ser propagada, passamos a se preocupar com essa realidade social, de maneira que não basta só ler e escrever, mas, sobretudo fazer uso dessa leitura e escrita no contexto social de cada indivíduo fazendo desse processo um instrumento de libertação.

Neste contexto, Soares (1998, p.18) afirma “o uso do termo letramento como concepção de apropriação de ler e escrever e uso destes na prática social”.

Durante o processo de alfabetização, devemos planejar considerando as capacidades “cognitivas, procedimentais, equilíbrio e autonomia pessoal (afetiva), relação interpessoal, inserção e atuação social” (UFT, adaptado COALFA/SESI, 2006, p.24).

O alfabetizando jovem e adulto, deve desenvolver as seguintes habilidades para a vida (SESI por um Brasil Alfabetizado 2006, p.12)

- Conhecimento das questões sociais e pessoais críticas;
- Prevenção consciente para evitar riscos de sua saúde e a dos outros;
- Discursão da realidade sócio-econômico em que vivem;
- Discursão sobre a realidade do mercado de trabalho;
- Discursão sobre a importância de preservar o meio ambiente;
- Discursão sobre os valores de manutenção da sociedade democrática.
- Discursão da realidade nacional, direitos e deveres do cidadão.

Essa concepção de aprendizagem deve estar correlacionada a determinadas características referentes ao desenvolvimento de um aprendizado significativo e concreto. Nessa perspectiva, é preciso assegurar oportunidades ao aluno da EJA, para seguir nos estudos em níveis mais elevados ou programas educativos que possam continuar aprendendo ao longo de toda a vida, pois as ações de alfabetizar devem estar conectadas a possibilidade de aplicar e aperfeiçoar o conhecimento e as habilidades recém-adquiridas.

Reconhecer que jovens e adultos são pessoas portadoras de cultura e que essa bagagem cultural é diversa e se relaciona às suas biografias e ao contexto social em que eles vivem, permite criar condições para serem inseridos no mercado de trabalho. E, sobretudo, a possibilidade de terem trabalho e vida dignidade, reconhecendo que só através do conhecimento e seu posterior segmento, essa continuidade de aprendizado favorecerá a curto e a longo prazo, qualidade de vida e estabilidade no mercado de trabalho.

## **1.2 Aspectos Sociais Considerados Como Determinantes da Evasão Escolar na EJA**

Entende-se por evasão escolar o afastamento do aluno da escola. Acredita-se que esse desvio pode se dá por vários motivos. Dessa forma, o insucesso escolar não tem causa única, seus fatores geradores são variados, abrangem não só o professor e seu método de ensino, mas incluía família, a escola e os sistemas de ensino.

A evasão escolar constitui-se um dos problemas mais graves na educação brasileira, vem de longa data atingindo taxas altíssimas de abandono escolar em todo país. Estudos apontam a fatores como desestrutura familiar, ausência de políticas governamentais eficientes e eficazes, desemprego e a própria escola, pois esse fenômeno não é um problema restrito a algumas escolas, mas uma questão nacional. Em geral a evasão escolar acontece em razão da somatória de vários fatores.

O que se observa é que a educação não tem sido plena no que se refere ao alcance de todos, nem o que se ensina, se convertem em conhecimento significativo, concreto e produtivo e nem quanto a conclusão da escolaridade, o que se vê é cada vez mais o jovem e adulto se evadir da sala de aula, atingindo altos índices de evasão escolar.

Segundo Meksenas (1992, p. 98)

A evasão escolar dos alunos da EJA nos cursos noturnos se dá em virtude destes serem obrigados a trabalhar para o sustento próprio e da família, exaustos da maratona diária desmotivados pela baixa qualidade de ensino, muitos jovens desistem dos estudos sem completar o curso secundário.

A baixa qualidade de vida e a realidade dos alunos das camadas populares diferem da realidade da classe dominante, por apresentarem ausência de condições básicas mínimas para sua aprendizagem em virtude de sua pouca condição digna de vida; ou seja, por pertencer a uma classe socialmente desfavorecida.

De acordo com Arroyo (1991, p.21)

As desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira e as diferenças de classe marcam "o fracasso escolar", pois os alunos de nível socioeconômico mais baixo tem menor índice de rendimento escolar e são mais propensos a evasão.

O ensino para ser sucedido precisa fazer sentido, pois, só se aprende quando se vê sentido real e concreto naquilo que está sendo ensinado.

Para Charlot (2000, p. 14)

Não existe fracasso escolar, ou seja, não existe o objeto fracasso escolar, mas sim alunos em situação de fracasso que não conseguem aprender o que se quer que eles aprendam, que não constroem certos conhecimentos, ou competências, enfim histórias escolares não bem sucedidas que terminam com a evasão escolar.

A educação pública oferecida aos alunos da EJA é de pouca qualidade, assim com outros serviços públicos oferecidos às classes de baixo poder aquisitivo. Essa baixa qualidade dos serviços públicos oferecidos a essa grande parcela da população, gera um descontentamento geral e contribui muito com o agravamento do fracasso escolar.

Seja qual for a motivação, o fato é que a EJA vive uma crise, diante da qual, há a necessidade de reflexões constantes. O mais importante é diagnosticar, detectar o problema e buscar as possíveis soluções para a permanência do aluno pelo maior tempo possível na escola.

### **1.3 O Que Funciona na Escola para Jovens e Adultos**

A melhoria na qualidade de vida e na aprendizagem dos alunos da EJA, não depende só apenas de programas de alfabetização. É preciso incentivar os egressos a continuar seus estudos. Os alunos buscam instrumentos para viver no mundo da informação e elaborar pensamentos e ações de forma crítica. “Disso depende a auto-estima, a identidade e até a possibilidade de conseguir um emprego” (CAVALCANTE, 2005, p.52).

O fato é que quem atua nesta modalidade de ensino, EJA, conhece de perto as dificuldades de manter o interesse dos alunos que chegam à escola cansados do trabalho, exaustos de suas rotinas diárias muitas vezes tão distantes de uma expectativa de qualidade de vida através do conhecimento. Então o desafio do professor está em planejar aulas que tenham relação com a vida dessa clientela, abrangendo toda sua diversidade e lhes oportunize condições de usufruir desses conhecimentos e informações para se tornarem cidadãos autônomos, conscientes de seus direitos e deveres na sociedade em que vive, mas, sobretudo, de transformar a escola na porta de entrada para um mundo novo e de muitas descobertas.

Outro desafio para professores da EJA é acabar com a estranheza que a escola causa a muitos, logo nos primeiros dias de aula. O modelo que a maioria dessa clientela guarda na memória é de salas de aula com carteiras enfileiradas, quadro negro, livro, caderno e um professor que fala o tempo todo e passa tarefas.

Para os alunos, ao participar de debate, discussão, apresentação de vídeos, dinâmicas de grupos, ficam com a sensação que estão sendo “enrolados”. Por isso,

é importante mostrar que recursos novos e variados fazem parte da aprendizagem e que através destes a escola se modernizou. Pois, ensinar diferentes conteúdos nas variadas disciplinas de forma contextualizada e usar a experiência da turma como base das aulas, amplia os horizontes culturais e integra os alunos jovens e adultos. Neste sentido, eles precisam ser acolhidos pela escola como parte integrante desta e não apenas como mais um aluno. Assim, as atividades para manter o aluno da EJA devem estar integradas ao planejamento da escola e dos professores, ou seja, da comunidade escolar.

Segundo Cavalcante (2005, p.52), algumas ações podem ser tomadas para promover a permanência dos alunos da EJA na escola:

- Mostrar-lhes que a atitude de voltar a estudar não deve se motivo de vergonha, mas de orgulho.
- Ajudar o aluno a identificar o valor e a utilidade do estudo em sua vida por meio de atividades ligadas ao seu cotidiano.
- Elaborar aulas dinâmicas e interessantes.
- Ser receptivo para conversas, pois muitos desses alunos vão à escola preocupados com problemas pessoais ou profissionais.
- Mostrar que a aula é um momento de troca entre todos e que o saber do professor não é mais importante que o dele.
- Valorizar e utilizar os conhecimentos e as habilidades de cada um. Isso pode mudar o seu planejamento no meio do caminho, mas as aulas vão ficar mais interessantes e prazerosas.
- Promover entre os colegas o sentimento de grupo, quando criam vínculos afetivos, eles se sentem estimulados a participar das atividades.

Portanto, é necessário que os alunos sejam estimulados pelos professores e as metodologias voltadas para a formação de cidadãos, mostrar aos alunos que o estudo faz diferença no seu cotidiano e, é preciso prosseguir-los.

Garantir formas de aprendizado que motivem o aluno e que facilitem a aquisição de conhecimentos, de modo que obtenham um resultado satisfatório é também uma maneira de garantir a permanência desse aluno na escola.

## CAPITULO II

### 2. EDUCAÇÃO DE JOVENS E O MUNDO DO TRABALHO

As novas tecnologias introduzidas no mundo do trabalho são decorrentes do processo produtivo, resultando em ganhos de produtividade associados ao conjunto das novas tendências organizacionais do processo de trabalho. Para tanto se faz necessário à qualificação profissional, investimentos auto-suficientes em educação para a EJA conscientização da sociedade civil organizada e a escola como instituição responsável pela inserção dos conhecimentos sistematizados.

Para Cattani (1997, p. 37-38)

O imperativo da competitividade agora em escala internacional, obriga as empresas a desenvolver estratégias visando a qualidade total. Para tanto, torna-se necessário conquistar o comprometimento dos trabalhadores no processo produtivo, especialmente quando se trata da operação de máquinas e equipamentos sofisticados e caros. A contribuição de mão de obra qualificada, até então subestimada no sistema Taylorista-Fordista, passa a ser valorizada para atender as novas necessidades das empresas. Políticas específicas de formação passaram a ser adotadas segundo os princípios de seletividade dos trabalhadores.

Sem dúvida alguma o trabalhador dos dias atuais é multifuncional, a este cabe à função de desenvolver-lhes sucessivas habilidades simultaneamente; em relação ao aluno da EJA essa é uma realidade que acena para o futuro, uma vez que, a Educação de Jovens e Adultos ainda não atua de fato desenvolvendo todas as habilidades e competência de que o aluno precisa para se desenvolver humanamente no mundo contemporâneo.

A teoria do capital humano quando coloca as desigualdades sociais e as diferenças na distribuição de renda como de responsabilidade dos indivíduos em decorrência da sua formação educacional, deixa de revelar que a falta de investimento em educação é consequência desta má distribuição da renda socialmente produzida e não causa; e que, muitas vezes, o próprio sistema educacional inclui estes, quando trata como iguais os que são desiguais.

A modalidade de ensino EJA aliada ao ensino de qualidade deve criar condições para o homem do campo e da cidade, buscar na educação o desenvolvimento na perspectiva de transformação social do homem, consolidando-

se a partir da sua capacidade de promover o aumento do potencial transformador dos sujeitos, tanto social como econômico.

A proposta da Teoria do Capital Humano é de transformar a educação num negócio, vinculando-se o sistema educacional ao mercado de trabalho, para atender à sua lógica fazendo com que

O utilitarismo privatista regido pela lógica do lucro substitui, assim, os princípios de igualdade de oportunidades, de democracia e de solidariedade que se articulam em torno da escola pública, unitária e politécnica sob ótica da emancipação humana. (CATTANI, 1997, p.39)

Mais uma vez, a educação faz-se necessária para atender ao capital; agora se busca uma educação básica geral, que possibilite ao trabalhador diversas competências para atuar no mercado competitivo, pois segundo Salerno, (apud FRIGOTTO, 1996, p.153-154)

O novo padrão tecnológico calçado em sistemas informáticos projeta o processo de produção com modelos de representação do real e não com o real. Estes modelos, quando operam entre outros inconvenientes, em face de uma matéria-prima que não é homogênea, podem apresentar problemas que comprometem todo o processo. A intervenção direta de um trabalhador com capacidade de análise torna-se crucial, para a gestão da variabilidade e dos imprevistos produtivos. A capacidade de pensar, de decidir, de ter iniciativa e responsabilidade, de fabricar e de consertar, de administrar a produção e a qualidade a partir da linha, isto é, ser simultaneamente operário de produção e de manutenção, inspetor de qualidade e engenheiro.

O Brasil ainda está longe de se igualar a um país de primeiro mundo, sobretudo, em relação à educação, que ainda apresenta grandes índices de analfabetismo, inclusive o analfabetismo funcional. Segundo o Censo do IBGE (2011), o Brasil ainda contabiliza um índice de analfabetismo de 9,6% na faixa etária a partir de 15 anos de idade. Sendo que o primeiro passo para o desenvolvimento de um país que pretende se desenvolver economicamente, inicia-se pela educação pública e de qualidade.

“A escola precisa oferecer serviços de qualidade e um produto de qualidade, de modo que os alunos que passam por ela ganhem melhores e mais efetivas condições do exercício da liberdade política e intelectual” (LIBÂNIO, 1998, p. 10).

Neste cenário, a relação entre o setor econômico e o educacional assume novas dimensões, pois se alega ser necessário um novo trabalhador; o trabalhador



do conhecimento. A ênfase dada à formação educacional básica como essencial parece ser um avanço para os trabalhadores proposta pelo capital. Muitas vezes torna-se difícil identificar, através do discurso, a origem das propostas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), seja no campo ou sistema prisional, ou do trabalhador de uma forma geral e, apenas quando situadas no contexto histórico político e econômico e na nova ordem mundial.

A educação básica é o princípio e a base do desenvolvimento sustentável do ser humano em toda sua plenitude; desde que esta esteja ao alcance de todos que dela necessitam. No entanto, a educação que promove para o desenvolvimento social e econômico não contempla todos os sujeitos, desse modo o acesso a ela está destinado àqueles que podem pagar, já os que da educação pública precisam para abastecer-se de conhecimento não têm a contemplação da qualidade da mesma; diferentemente daqueles socialmente e economicamente mais favorecidos que a dispõem com qualidade total e integral.

Nesse contexto o homem é um ser único, o que revela sua individualidade através de suas características de ser humano, a sua natureza e o fato de ser um ser social. Sua natureza se traduz na sua dependência, pois para continuar existindo necessita de ar, água, comida, abrigo, vestimentas entre outras necessidades, sendo que a educação é determinante nas relações sociais que desenvolvem, ou seja, as condições de sua existência são produtos das relações sociais que os seres humanos assumem ao construir a sua história.

#### O princípio educativo do trabalho segundo Frigotto (2002, p.15)

Deriva de sua especificidade de ser uma atividade necessária, desde sempre, a todos os seres humanos. O trabalho constitui-se, por ser o elemento criador da vida humana, num dever e num direito. Um dever a ser aprendido e socializado, desde a infância. Trata-se de aprender que o ser humano, como ser natural necessita elaborar a natureza, transformá-la, e pelo trabalho extrair dela bens úteis para satisfazer as suas necessidades vitais e socioculturais. Porém o trabalho e a propriedade dos bens do mundo também são um direito, pois é por eles que os indivíduos podem criar, recriar e reproduzir permanentemente sua existência.

Assim sendo, os processos educacionais da sociedade podem constituir-se como “instrumento de crítica em relação a essas relações sociais, também, promotores de uma nova sociedade que afirme o ser humano como medida de todas

as coisas e os bens do mundo como bens de uso de todos os seres humanos” (FRIGOTTO, 2002, p.24).

Uma escola que se propõe a atender as necessidades de jovens e adultos seja no campo, na cidade ou dos que estão inseridos no sistema educacional, deve valorizar a história dos sujeitos, contribuindo para que eles possam compreender os processos históricos geradores de suas condições de existências. Contribuir para a construção da plena cidadania e da democracia, através de oportunidades efetivas de desenvolvimento integral, sem marcas discriminatórias.

No campo, as categorias trabalho versus educação no que se refere à educação para trabalhadores rurais, os movimentos sociais tem reivindicado que a proposta educacional para o atendimento a classe trabalhadora que habita o campo possa favorecer a fixação do homem através de conteúdos específicos para os que vivem e trabalham no campo (RUMMERT, 2002).

Tanto o trabalho como a educação, concebida como instrumentos capazes de libertar a classe trabalhadora da exploração a qual é submetida promovendo a emancipação humana através do acesso ao saber e a terra dos que foram socialmente excluídos tem com o objetivo de criar melhores condições de promoção e desenvolvimento humano (BEZERRA NETO, BEZERRA 2001).

Quando a educação se torna instrumento de formação em toda sua amplitude, emancipa o ser humano de modo que este possa através do seu conhecimento garantir a promoção e efetivação da sua qualidade de vida. A LDBN 9394/96 ressalta que a educação do campo se adéqua as condições do trabalhador rural, no entanto, a teoria e a pratica ainda percorrem caminhos distintos, no entanto ainda não há essa integração homem do campo, educação e realidade social.

A educação ideal seria a que se propusesse incluir a qualificação profissional, mas não se perdesse de vista a necessidade de desenvolver no educando da EJA, a formação do cidadão consciente da sua realidade social, capaz de libertar-se da exploração e promover o acesso ao saber aos socialmente excluídos. Uma escola que garanta os direitos da cidadania e o acesso ao capital cultural, um processo educativo capaz de ampliar a visão de mundo, contribuindo para a formação do senso crítico (BEZERRA NETO E BEZERRA, 2011).

## 2.1 O papel da escola e do professor na construção do saber crítico

É função da escola formar cidadãos conscientes, dar seus alunos os ensinamentos de que eles necessitam para viver e ser inseridos no trabalho e neste mundo de evolução constante, bem como orientá-los para a vida, como também é função da família, do governo e da sociedade para a aquisição e construção deste saber.

Isso só acontece se a escola definir como meta, o trabalho crítico com conteúdos a ser estudados pelos educandos; a família deveria participar ativamente de todo o processo pedagógico destinado à construção dos saberes de seus filhos, no entanto, os conteúdos ministrados na escola ainda são definidos apenas pela coordenação pedagógica de casa instituição de ensino, cabendo às famílias apenas aceitar tal fato, até por que muitos destas se quer conhecem o direito de opinar nos trabalhos pedagógicos da escola do seu filho.

Através de um trabalho crítico e da busca pelo exercício da cidadania, a escola deve mostrar às novas gerações a importância de cada indivíduo e seu papel na sociedade, enquanto cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. A escola é uma instituição que deveria estar a serviço da sociedade, no entanto, a mesma também atua dentro de suas ideologias.

É preciso que a escola compreenda que também é seu papel, dar ao aluno condições de se inserir no meio social, com autonomia para se manter com dignidade. A família é quem insere os primeiros ensinamentos educacionais na vida de uma criança, cabendo a esta a função de junto com a escola primarem dos mesmos valores especialmente na educação básica. É necessário a escola e a família atentar para a evolução do mundo e orientar os estudantes para vida.

O ensino deve ser inserido em contexto de uso real para se desenvolver de forma produtiva. Quanto ao professor, como parte integrante e de maior relevância por estar diretamente ligado ao aluno, deve considerar no exercício de sua função o aluno como sujeito de múltiplas relações, que por estar em processo de formação deve ser considerado em sua totalidade..

Assim sendo, deve-se assegurar ao educando uma formação crítica, capaz de levá-lo a refletir sobre temáticas cotidianas e interferir positivamente em seu meio e, sobretudo, em sua vida para transformá-la. Dependendo da sua formação

acadêmica e da sua ideologia para qual pretende trabalhar o professor deve ou não formar o aluno com criticidade, cabe a ele a função de formar águias ou tartarugas.

Anteriormente as informações levavam décadas para mudar, nos dias atuais elas chegam rapidamente e as mudanças ocorrem do dia para noite. Dessa forma e diante da quantidade de informações e da facilidade de acesso a estas, deve o professor conduzir o aprendizado para que este seja bem seletivo. O professor deve “traduzir” os ensinamentos de forma que o aluno saiba separar o que é real e o que é ilusório, e dessa forma possa assegurar a produtividade do ensinamento, sempre se utilizando da criatividade no ensino e na aprendizagem dos conteúdos.

Os docentes devem se preocupar, também, com a arte do ensinar. Não basta ser um bom pesquisador, faz-se necessário também, que esse seja um bom transmissor de conhecimentos e formador de sentidos democráticos da cidadania e da atuação no sentido de refutar ou reformular os conhecimentos e as imposições de crenças e valores.

É fundamental que o educador tenha conhecimento e domínio em relação a metodologias e técnicas de ensino para que seus educandos consigam acompanhar os conteúdos desenvolvidos em aula e, também possam ter a possibilidade de desenvolver seu senso crítico. Os conteúdos escolares que são ensinados devem, portanto, estar em harmonia com as questões sociais que marcam cada momento histórico.

Os conteúdos trabalhados nos diferentes níveis de formação escolarizada deve privilegiar a articulação de conteúdos acadêmicos a realidade dos alunos, ou seja, devem ser ministrados de maneira contextualizada para que o educando valorize seu aprendizado nos diferentes momentos e níveis de sua formação.

Para Libâneo a instituição escolar precisa acontecer em contexto de uso real e produtivo “a escola precisa oferecer serviços de qualidade e um produto de qualidade, de modo que os alunos que passam por ela ganhem melhores e mais efetivas condições do exercício da liberdade política e intelectual” (LIBANEO, 1998, p.10). Para que isso ocorra é preciso que toda a comunidade escolar esteja engajada numa proposta de educação que vislumbre mudanças significativas para si e para a comunidade onde está inserida. Neste sentido, é fundamental que aja participação ativa de todos os segmentos que a compõe e não um faz de conta.

É preciso repensar o papel da escola e de seus integrantes no atual cenário. Pois, muito se cobra e se fala da escola, no entanto, muito pouco ou nada se faz para que ela mude de fato.

Por isso, a escola deve ser um espaço de formação e informação onde a aprendizagem de conteúdos propicie a inserção do aluno no contexto das questões sociais marcantes e em um universo cultural maior. A escola na perspectiva de construção de cidadania precisa valorizar a cultura de sua própria comunidade e buscar ultrapassar seus limites, favorecendo aos alunos pertencentes aos diferentes grupos sociais, o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos relevantes da cultura brasileira, como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade (LIBÂNEO, 1998).

Um ensino de qualidade que intencione a formação de cidadãos capazes de interferir criticamente na realidade para transformá-la deve também contemplar o desenvolvimento de capacidades que possibilitam adaptações às complexas condições e alternativas de trabalho que temos hoje, e lidar com a rapidez na produção e circulação de novos conhecimentos e informações que tem sido crescentes. A escola deve desenvolver em seus alunos nos dias atuais a capacidade reflexiva, de criticidade e de assimilação do que é certo e do que é errado para então fazer uso dessas habilidades para promover o exercício ético e cidadão.

A formação escolar deve possibilitar aos alunos condições para o desenvolvimento de competências e consciência profissional, mas não restringir-se ao ensino de habilidades imediatamente demandadas pelo mercado de trabalho (LIBÂNEO, 1998). A escola precisa, sobretudo, dar oportunidades de continuidade permanentes de uso de seus saberes sistematizados com condições de padrão de qualidades e com dignidades principalmente para o sujeito aprendiz.

## **2.2 Sala de aula: espaço propício à construção do conhecimento**

É na sala de aula que professores e alunos tem a oportunidade de trocar conhecimentos, de construir uma aprendizagem sólida e coletiva, ultrapassar os conteúdos da grade curricular e levarem a tona a grande quantidade de experiências que trazem para a escola num espaço de resistência, de inserção de novos caminhos, novos saberes e compartilhamento de experiências diversas.

Mas para isso, o professor deve ter clareza de sua missão de educador, de agente facilitador do ensino-aprendizagem e de profissional responsável pelo sucesso de seus alunos dentro e fora da escola. O professor que promove o desenvolvimento e habilidade de seus alunos dentro da escola motiva estes para continuarem com tais competências também fora da escola. É claro que o professor, por si só não é capaz de transformar a realidade que ultrapassa a escola que tem suas origens no econômico e sociopolítico, “mas sua competência como profissional da educação é, com certeza, um dos fatores de grande peso quando prospectamos a melhoria da qualidade do ensino” (MOISES, 1999, p.27).

A qualidade do ensino além da qualificação profissional do professor depende dos investimentos governamentais seja na esfera municipal, estadual ou federal. Além de políticas educacionais que visem à melhoria da educação em todos os aspectos, ou seja, qualificação do corpo docente, recursos materiais e financeiros, estrutura escolar adequada à realidade e necessidade das diferentes comunidades e regiões do país entre os fatores.

Professor competente “é aquele que não mede esforços na formação de um aluno cidadão, crítico e informado capaz de compreender e atuar na sua realidade” (Idem 1999, p.30).

Assim sendo, além das diversas atribuições destinadas ao professor, cabe a este profissional, refletir a sua competência diante de seus alunos e exercer com responsabilidade o compromisso de assumir frente à sociedade, os fatores que comprometem a qualidade do ensino como as más condições físicas da escola, baixo nível de aprendizagem dos alunos, altos índices de reprovação, entre outros fatores.

Ao professor compete, além dos ensinamentos dos conteúdos curriculares e contextualizados, usar de sua criatividade para tornar seus alunos capazes de refletir criticamente sobre temáticas de discussão nacional e internacional, relacionando-as com problemas vivenciados pelos mesmos, advindo de tais temáticas, fruto da própria atuação do homem no mundo. Na educação não existe receita, no entanto, a criatividade é intrínseca do sujeito, trabalhar de maneira interdisciplinar é uma das formas criativas de ministrar os conteúdos.

A criatividade é um instrumento capaz de ajudar o professor na transmissão e aprendizagem dos conteúdos, estudos, democraticamente, é o tratamento interdisciplinar que o mesmo pode atribuir à sua prática, já que “as disciplinas, hoje

em dia são vistas como fios entrelaçados do mesmo tecido” (CURRIE, 1998, p.11). Neste caso, o professor necessita compreender a prática da interdisciplinaridade em três sentidos: como atitude, como forma de organização administrativa e pedagógica da escola e como prática curricular.

A atitude interdisciplinar requer uma mudança no pensamento e na prática do professor, visto que os alunos não conseguirão pensar de forma interdisciplinar se o professor oferecer um saber fragmentado e descontextualizado (LIBÂNIO, 1998). Na educação básica do primeiro ao quinto ano o ensino é polivalente; o trabalho por área só é ministrado a partir do sexto ano do Ensino Fundamental II e também no Ensino Médio, dessa forma no ensino fundamental pode-se e deve-se ser trabalhar a interdisciplinaridade

A organização escolar interdisciplinar efetiva a atitude interdisciplinar, expressando-se na elaboração coletiva de projetos pedagógicos. Começa com a integração dos professores, garantindo a unidade do trabalho educativo negociado (LIBÂNIO, 1998).

Na atual conjuntura o Projeto Político Pedagógico é muito mais um documento burocrático (de gaveta) do que um documento usado para parâmetros as ações pedagógicas.

Como prática interdisciplinar, são várias as formas de viabilização: reunir disciplinas cujos conteúdos permitem o mesmo tratamento pedagógico interdisciplinar, formular temas geradores para a compreensão da realidade; orientar o estudo de um assunto para abordá-lo em todos os seus aspectos e fazer a ligação com os problemas sociais do cotidiano (LIBÂNIO, 1998, p. 42).

Outro aspecto que torna o professor capaz de formar para o exercício de uma cidadania consciente é a humildade que o mesmo deve ter em reconhecer que não detém o conhecimento de forma absoluta, principalmente porque o conhecimento tem se tornado mais dinâmico e que o seu aluno, assim como qualquer outro indivíduo, não é ignorante ao ponto de nada saber. Agindo dessa forma, o professor reconhece o potencial de seu aluno e o respeita como pessoa.

É de suma relevância trabalhar a cidadania na sala de aula na prática, para que os alunos compreendam de forma concreta e correta, que cada um, independentemente de classe social, crença religiosa, raça ou cor, tem que lutar pelo seu lugar na sociedade e que de sua atuação transformadora, resultará uma sociedade mais justa e igualitária. O ambiente de sala de aula é o lugar adequado

para que professores e alunos construam uma visão crítica de mundo, através de questões simples, mas intencionadas a uma crítica constante, capaz de reconhecer no homem crítico o caminho para a reconstrução de um mundo novo. Mas para que tudo aconteça, o educador precisa ser um leitor, escritor, e pesquisador o que faz ciência da educação (LIBÂNEO, 1998). Para isso o professor precisa necessariamente ser um bom leitor, um bom pesquisador e não estar atrelado apenas ao livro didático.

Infelizmente devido à sobrecarga de trabalho ou não acesso a um acervo literário diversificado, a desmotivação, as situações precárias de trabalho conduzem muitos professores a um processo de acomodação generalizado. Ou seja, o professor não se sente na obrigação de ir além do preparo de suas aulas o que implica o não desenvolvimento de um espírito crítico em relação ao ato de ler, escrever e pesquisar.

As escolas públicas brasileiras hoje tem um discurso democrático muito grande, acontece que a democracia brasileira é muito “excludente”, não só economicamente e socialmente, mas sobretudo politicamente, emperrando assim, a participação efetiva da maior parte da população e, por conseguinte, esvaziando a plenitude da cidadania. Só há plenamente cidadania com a concretização efetiva da democracia. (BIZ, 1992). A democracia não excludente garantiria a todos o livre arbítrio do poder de decisão, no entanto, nem todas as pessoas na atual sociedade tem o direito de falar e de serem ouvidas, sobretudo, política, social e economicamente.

A questão primordial da escola hoje se refere a sua qualidade. E a questão da qualidade da educação está diretamente relacionada com os projetos pedagógicos das instituições de ensino, que tem demonstrado muito mais eficiência na conquista dessa qualidade quando são contextualizados, do que os que são grandes projetos, mas fora do contexto social dos alunos.

Não se pode esquecer que a qualidade da educação, além de estar relacionada diretamente com os projetos que a escola desenvolve anterior a tal processo ela está diretamente ligada a políticas educacionais. Assim, os projetos devem privilegiar o sistema educacional em âmbito local, regional e nacional.

Outro fator determinante em muitos casos é o financiamento do ensino em nosso país, sobretudo, na rede pública. As condições salariais dos docentes influenciam fortemente a atuação do professor em sala de aula. O universo,



localidade onde ele trabalha, o perfil do aluno que ele encontra em sala de aula, são elementos que dizem muito em relação à qualidade do trabalho do professor.

Para a escola dos dias atuais lograr êxito, faz-se necessário que novos projetos pedagógicos sejam desenvolvidos, novas aprendizagens sejam inseridas e que todos participem direta ou indiretamente da ação educativa, com objetivos claros e bem definidos, colocando-os em prática e avaliando-os continuamente, entendendo que, “tal aprendizagem só irá ocorrer se quem ensina souber conduzir o processo na direção desejada, o que implica reconstrução do saber” (MOISES, 1999, p. 25).

É preciso antes de tudo que se pense que tipo de escola nós temos hoje e que escola deseja-se e precisa-se de modo que contemple a realidade da educação brasileira em todas suas particularidades. É fundamental refletir a educação como um projeto conjunto da sociedade e não apenas daqueles que atuam no magistério. Após se pensar em projeto de educação e reorganizar o que temos hoje é que poderemos pensar em projeto político pedagógico para as nossas escolas e pensar em projetos como uma prática educativa para ensinar aos alunos os conteúdos necessários à construção de sua cidadania. Logo, também estaremos pensando em projeto de homem enquanto ser cidadão que se constrói em conjunto com todos os segmentos sociais e não apenas com a escola.

A escola deve existir para todos e, em primeiro lugar como formação e ensinamentos funcionais e fundamentais. E um cidadão crítico, participativo, dinâmico e inovador é fruto de uma educação democrática e cidadã que busca no respeito mútuo, no diálogo, na construção do saber, o caminho para uma cidadania democrática e consciente.

### **2.3 O Currículo da Educação de Jovens e Adultos conforme a LDBN 9394/96: art.37-38**

A Seção V, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, dedica os artigos 37 e 38 a Educação de Jovens e Adultos, seu currículo está respaldado na LDBN, que menciona:

Art. 37. A educação de Jovens e Adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Isto representa uma dívida social a ser equiparada para com aqueles que por alguma razão deixaram de concluir seus estudos na idade certa.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudo em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I- No nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos.

II- No nível de conclusão do ensino médio, para maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecido mediante exames.

O currículo da Educação de Jovens e Adultos tem sua base nacional comum, isso significa que esse educando tem acesso aos mesmos conhecimentos que outros alunos oriundos da escola pública, a única diferença é exatamente a flexibilidade do currículo e a adaptação do conhecimento de mundo do aluno e a contextualização do ensino-aprendizagem na viabilização dos conteúdos sistematizados. Nesse contexto, o currículo do período regular também pode ser adaptado de acordo com as diferenças regionais e locais. O conteúdo, enquanto conhecimento de qualquer nível de ensino deve ser adequado à demanda, como necessidade de aprendizagem dos alunos. E independente do grau de escolarização do educando o ensino deverá ser sistematizado.

Nesta ordem de raciocínio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), representa uma dívida social não reparada para os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregado na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma convivência social contemporânea (PARECER - 11/2000 CNE/CEB).

As novas competências exigidas pelas transformações da base econômica do mundo contemporâneo, o usufruto de direitos próprios da cidadania, a importância

de novos critérios de distinção e prestígio, a presença dos meios de comunicação assentados na micro-eletrônica requerem cada vez mais acesso aos saberes diversificados. A igualdade e a desigualdade continuam a ter relação imediata ou mediata com o trabalho. Mas seja para o trabalho, seja para a multiformidade de inserções sócio-político-culturais, aqueles que se sentirem privados do saber básico dos conhecimentos aplicados e das atualizações requeridas podem se ver excluídos das antigas e novas oportunidades de trabalho e vulneráveis as formas de desigualdades.

Mas a função reparadora da EJA deve ser vista ao mesmo tempo, como uma oportunidade concreta de presença de jovens e adultos na escola e uma alternativa viável em função das especificidades sócio-culturais destes seguimentos para os quais se espera uma efetiva atuação das políticas sociais. É por isso que a EJA necessita ser pensada como um modelo pedagógico próprio a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagens de jovens e adultos.

Esta função reparadora da EJA se articula com o pleito postulado por inúmeras pessoas que não tiveram uma adequada correlação idade/ano escolar em seu itinerário educacional e nem a possibilidade de procedimentos de seus estudos. Neste momento a igualdade perante a lei, ponto de chegada da função reparadora se torna um novo ponto de partida para a igualdade de oportunidades, a função equalizadora da EJA.

Tais demandantes, segundo o Parecer CNE/ CEB nº 15/98 tem um perfil a ser considerado cuja caracterização se estende também aos postulantes do ensino fundamental:

...são adultos ou jovens adultos, via de regra mais pobres e com vida escolar mais acidentada. Estudantes que aspiram trabalhar, trabalhadores que precisam estudar, a clientela do ensino médio tende a se tornar mais heterogenia tanto etário quanto sócio-economicamente, pela incorporação crescente de jovens e adultos originários de grupos sociais, até o presente sub – representados nessa etapa da escolaridade (PARECER 11/2000 CNE/CEB 1998, p. 653).

Desse modo a pessoa que não tem o pleno domínio da leitura e da escrita, é tida como desigual numa sociedade onde o acesso aos bens culturais é um privilégio que não é disponibilizado a todos que deles precisam. Sendo a leitura e a escrita bens relevantes, de valor prático e simbólico, o não acesso a graus mais elevados de letramento é particularmente danoso para a conquista de uma cidadania plena.

“Não se pode considerar a EJA e o novo conceito que a orienta apenas como um processo inicial da alfabetização. A EJA busca formar e incentivar o leitor de livros e das múltiplas linguagens visuais juntamente com as dimensões do trabalho e da cidadania” (PARECER 11/2000 CNE/ CEB, 1998, p. 653).

Neste raciocínio, não basta apenas ter o domínio da leitura e da escrita, faz-se necessário também conhecimentos diversificados e tecnológicos. A exemplo desses conhecimentos, estão as movimentações bancárias, de fácil acesso, mas que nenhuma pessoa iletrada pode acessar essas transações.

A educação como uma chave indispensável para o exercício da cidadania na sociedade contemporânea vai se impondo cada vez mais nestes tempos de grandes mudanças e inovações nos processos produtivos. Ela possibilita ao indivíduo jovem e adulto a retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extra-escolar e na própria vida, possibilitar um nível técnico e profissional mais qualificado. Nesta linha a EJA representa uma promessa de efetivar um caminho de desenvolvimento de todas as pessoas de todas as idades. Nela, adolescentes, jovens, adultos e idosos poderão atualizar conhecimentos, mostrar habilidades, trocar experiências, e ter acesso a novas regiões do trabalho e da cultura. A EJA é uma promessa de qualificação de vida para todos, inclusive para os idosos que muito tem a ensinar para as novas gerações (PARECER 11/2000 CNE/CEB, 1988 p. 654).

Baseado neste pensamento, o conhecimento é imprescindível ao ser humano, de tal modo que é o caminho do exercício pleno da cidadania para homens, mulheres, jovens, adultos e idosos.

A função qualificadora da EJA é também um apelo para as instituições de ensino e pesquisa no sentido da produção adequada de material didático que seja permanente em quanto processo mutável na variabilidade de conteúdos e contemporânea no uso de e no acesso a meios eletrônicos da comunicação (PARECER 11/2000 CNE/CEB, 1998, p. 656).

Nesta visão, a EJA, como função qualificadora, deveria portanto inserir também os desenvolvimentos tecnológicos necessários para a independência e a liberdade plena da cidadania.

As Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI ; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável da democracia da justiça da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento sócio-econômico e científico além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e a cultura de paz baseada na justiça (Declaração de Hamburgo sobre a EJA apud PARECER 11/2000 CNE/CEB 1998, p. 656).

Partindo deste princípio, a função da EJA deveria ser a de contribuir para a formação cidadã dos jovens, adultos e idosos, uma vez que todos precisam de conhecimentos diversificados e principalmente de conhecimentos de informática, pois muitas vezes essas pessoas sem formação e também em informação se tornam mais vulneráveis às ciladas que a vida lhes impõe, principalmente economicamente.

## CAPÍTULO III

### 3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A partir do fenômeno investigado a respeito do objetivo do estudo, que foi investigar de que forma a Educação de Jovens em Adultos tem contribuído para a inserção do educando no mercado de trabalho. Na visão dos profissionais que responderam aos questionários, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), hoje se caracteriza principalmente pela diversidade do público alvo que demanda atendimento escolar, o público matriculado nessa modalidade de ensino tem idade igual ou superior a quinze anos, em sua maioria são trabalhadores diurnos, desempregados em busca de seu primeiro emprego. São pais, mães e filhas, moradores de periferias, em condição socioeconômica desfavorável, muitos com problemas de desestruturação familiar, histórico de vícios e até violências, com baixa autoestima e sem escolaridade.

Para tanto, faz-se necessário confrontar o que disseram os profissionais que atuam nessa modalidade de ensino, a EJA, e o que dizem os teóricos sobre o tema pesquisado, ou seja, a viabilidade de um currículo para EJA, que atenda com êxito a grande diversidade dessa clientela inserida na escola nos dias atuais.

#### 3.1 Percorso Metodológico

A revisão de literatura e a pesquisa sobre a Educação de Jovens e Adultos e o mundo do trabalho surgem da necessidade de compreender um currículo para a EJA que lhe oportunize condições para atuar de forma produtiva e dignamente no mercado de trabalho já que um dos problemas que causam maior exaustão nessa clientela é justamente as jornadas exauridas de trabalho por conta do pouco conhecimento.

#### 3.2 Contexto da Pesquisa

O cenário dessa pesquisa foi a Escola Municipal Padre Madeira, situada na Rua Francisco Prota, S/N, Centro, Picos-PI, a pesquisa contemplou o ensino fundamental I e II, respectivamente de primeira a quarta etapa no período noturno.

### **3.3 Amostra**

Constituem-se universo desta pesquisa cinco professores que atuam nessa modalidade de ensino no turno da noite e onze alunos da 4ª etapa.

### **3.4 Resultado da Pesquisa**

Para a realização da pesquisa, utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário com dez perguntas, sendo cinco objetivas, e cinco subjetivas. Foi solicitado aos professores, um total de cinco, que desenvolvem suas práxis na modalidade de ensino EJA, Escola Municipal Padre Madeira, no período de cinco a nove de novembro de 2012, que respondessem ao instrumento aplicado. Sendo que estes tiveram uma semana para responder as questões sobre o tema pesquisado.

Na sequência procedeu-se a coleta dos questionários respondidos, para realizar a montagem das informações culminando com a elaboração do relatório sobre a pesquisa em foco. Dos cinco professores que foram solicitados a colaborar com a pesquisa, somente três desses cinco professores contribuíram com suas falas.

A Escola Municipal Padre Madeira possui atualmente quatro turmas ofertando a Educação de Jovens e Adultos (EJA), funcionando de primeira a quarta etapa, respectivamente:

- I etapa – 2º e 3º ano do ensino fundamental I, 17 alunos;
- II etapa – 4º e 5º ano do ensino fundamental I, 19 alunos;
- III etapa – 6º e 7º ano do ensino fundamental II, 35 alunos;
- IV etapa – 8º e 9º ano do ensino fundamental II, 18 alunos, totalizando 89 alunos; são sete professores, todos com formação acadêmica, e uma diretora também licenciada em Pedagogia.

### **3.5 Depoimentos dos professores que atuam em EJA**

Para estes profissionais, a Educação de Jovens e Adultos, é uma educação voltada para a formação daqueles que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos; ou a modalidade de ensino destinada a alunos que não tiveram acesso a educação na idade certa. Indagados sobre a eficácia e o desenvolvimento das

habilidades e competências nos educandos do EJA, consideravam esse processo parcialmente desenvolvido.

Com relação aos maiores obstáculos enfrentados nessa modalidade de ensino, foram destacados, a desmotivação do aluno, o baixo investimento do sistema de ensino, sobretudo na EJA, a falta de sequência do trabalho docente, por essa clientela faltar muito à escola e se evadir com uma grande frequência.

A pesquisa buscou saber de maneira clara em discursiva o conhecimento desses profissionais da educação da EJA, seus entendimentos e viabilidade e construção do saber inserido no contexto dessa instituição de ensino.

Perguntados sobre o desenvolvimento de projetos voltados para essa modalidade de ensino, buscando a efetivação e construção do saber crítico e cidadão, enfatizaram que ocorre com pouca frequência e os projetos não contemplam na íntegra o contexto social dos alunos, porque estes são feitos pela Secretaria Municipal de Educação (SME) e não, na própria escola.

Os profissionais da EJA fazem uso da LBDN dos PCN's para subsidiar suas práticas docentes. O educador de EJA precisa além da sua formação acadêmica, ter um olhar sensível para lidar com essa modalidade de ensino, pois este público alvo tem seus históricos de exclusão, desestruturação familiar, vícios, violências, problemas judiciais e desempregos; baixo poder aquisitivo, lhes são negados direitos fundamentais indispensáveis à vida e a dignidade humana. Para ser professor da EJA, necessariamente precisa ser humanizado. Além de se qualificar continuamente.

Já a dinamicidade deve ser inserida a partir das suas memórias, iniciada com diálogo a partir da história de vida de cada aluno. Desse modo, quebra-se o bloqueio das cadeiras enfileiradas e do professor falando e o aluno ouvindo mesmo que nada tenha sentido. Mesmo a EJA sendo uma modalidade de ensino das mais difíceis de ser trabalhada, o diálogo, a confiança, o respeito e a sensibilidade e a amizade são fatores determinantes para conduzir o processo de ensino aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos, aumentando a frequência dos alunos e minimizando a evasão. Fazer com que o aluno permaneça na EJA, não depende somente do professor, como os sistemas de ensino costumam delegar essa responsabilidade por matricular e cuidar pela sua aprendizagem e permanência na escola. Quando as turmas de EJA não se formam os professores visitam os alunos em suas residências para motivá-los a efetuarem a matrícula e frequentarem as aulas.

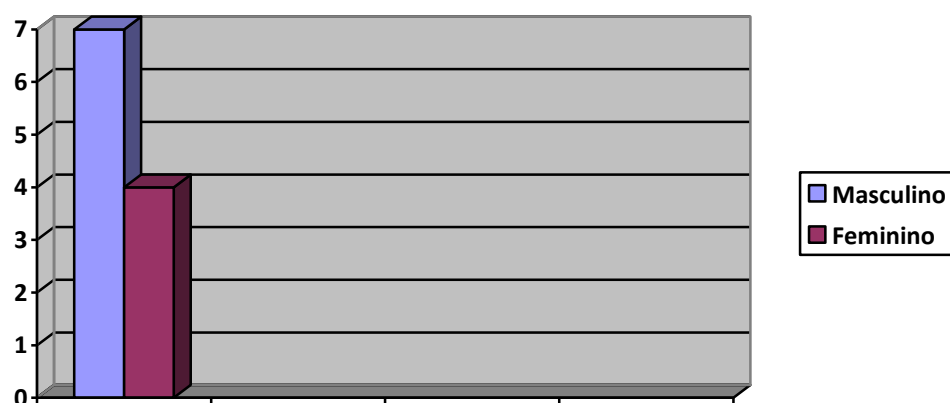


A educação é um processo em desenvolvimento constante. Desse modo, sendo os professores os principais mediadores do conhecimento dentro da instituição de ensino, a escola deve desenvolver e/ou promover um estado de segurança, eficácia e qualidade desse processo. Visto que, a qualidade e a efetividade do processo de ensino aprendizagem dependem necessariamente do envolvimento e compromisso que cada agente educativo, empenha-se para tornar real e concreto às suas ações no sentido de promoção e humanização de um saber construtivo dinâmico e contextualizado, buscando a formação integral do ser humano.

### 3.6 Ouvindo a fala dos educandos de EJA

A seguir apresenta-se a fala dos educandos que contribuíram para a realização do estudo, possibilitando assim, maior e melhor conhecimento sobre a EJA no contexto da Escola Padre Madeira. O instrumento de pesquisa aplicado aos alunos também foi o questionário, o mesmo contendo 07 (sete) questões, sendo essas abertas e fechadas. Para melhor compreensão das informações apresentar-se-á por meio de gráficos e análise do discurso.

Gráfico 01



Fonte: Gênero Sexual

Conforme mostra o gráfico acima, a predominância em relação ao gênero é do masculino.

A questão dois diz respeito à idade, a faixa etária dos alunos pesquisados varia de 16 a 47 anos. O que segundo os autores abordados é a idade predominante nas turmas de EJA, apesar de se observar um número significativo de jovens que poderiam estar realizando seus estudos em turmas do período regular, ou seja, diurno.

No que diz respeito à etapa que estão realizando, todos estão participando da 4ª etapa que corresponde ao 8º ao 9º ano do ensino fundamental. No que diz respeito ao tempo em que esses alunos permaneceram fora dos bancos escolares apenas um disse que nunca ficou afastado, um não respondeu e os demais estiveram de um a trinta anos longe da escola.

Quando questionados sobre o motivo que os levou a se matricularem numa turma de EJA estes mencionaram que,

*“Para recuperar o tempo perdido”.*

*“Por que é muito importante”.*

*“Para concluir meu ensino médio”.*

*“Por que queria ter mais conhecimento”.*

*“Para terminar os estudos mais rápido”.*

*“Porque já estou muito atrasada ai e um adiantamento muito grande”.*

De acordo com as falas pode-se constatar que para muitos alunos é muito importante recuperar algo que ficou para trás, ou seja, no tempo. É significativo também, analisar o quanto estes buscam e desejam o conhecimento, sobretudo, o escolarizado. E, na visão dos mais jovens a EJA é uma maneira de concluir mais rápido os estudos.

Conforme o Parecer 11/2000, a LDB 9394/96 e o Plano Nacional de Educação (2002) a EJA é destinada aos que não tiveram acesso e permanência na escola na idade apropriada. Com isso, vê-se que a realidade dos alunos da Escola Padre Madeira não está distante enquanto contexto escolar previsto na própria legislação que ampara o ensino de EJA.

No que diz respeito à importância da escola para os alunos todos foram unânimes em dizer que está é relevante em vários aspectos da vida.

*“Fica mais fácil de arrumar um emprego melhor”.*

*“O estudo é mais qualificado”.*

*“É muito porque aqui agente conhece muita pessoas novas”.*

*“Importância do conhecimento”.*

*“Pra mim a escola é importante que faz a pessoa ser um alguém no futuro”.*

*“Por vai melhorar meus conhecimentos”.*

*“Obter um futuro melhor no mercado de trabalho”.*

*“Por que podemos aprender muitas coisas e conhece muitas pessoas”.*

*“Não só pra mim mais pra todos. É a escola que faz um cidadão”.*

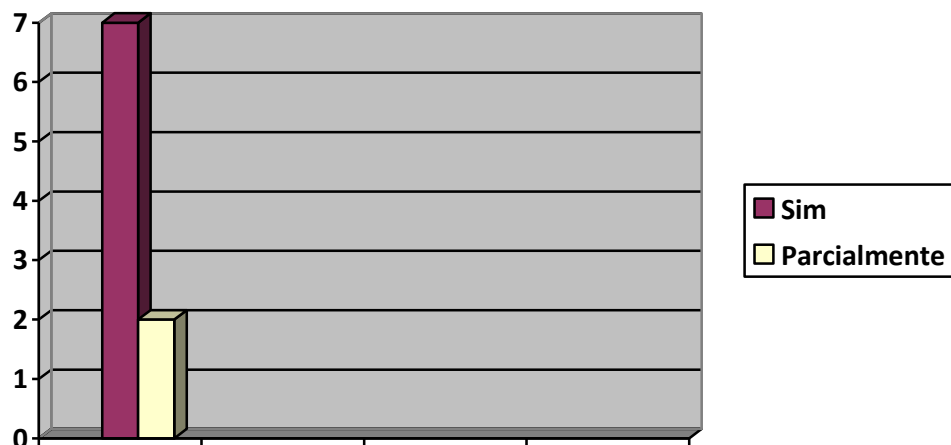
*“Ler melhor, aprender a conviver em sociedade”.*

*“Muito importante, hoje em dia não somos nada sem os estudos”.*

Segundo a fala dos educandos, estudar é muito importante por que contribui para a formação educacional qualificada, obtém mais conhecimento, é relevante para o processo de socialização, produz formação para a inserção no mercado de trabalho; ajuda para a formação do cidadão. Além da pessoa aprender a ler e conviver em sociedade como já mencionado.

Quando questionados sobre a contribuição da escola para melhorar a qualidade de vida, eles responderam

Gráfico 02



Fonte: Qualidade de vida

Pode-se perceber que os alunos estão satisfeitos em relação ao processo de bem estar produzido no ambiente escolar. Isso pode ser confirmado, através da questão anterior onde alguns citaram que a escola e a EJA são importantes para a socialização, formação do cidadão.

Diante do exposto, houve a preocupação em saber se o conhecimento formal está de fato contribuindo para a inserção dos alunos no mercado de trabalho lançando a seguinte questão,

Quadro 01

Em relação ao mercado, até que ponto os ensinamentos da escola tem contribuído para sua inserção (colocação) no mercado de trabalho?	
Contribuiu completamente, pois me ajudou a conseguir um emprego.	5
Não contribuiu.	3
Contribuiu parcialmente.	3

Fonte: Inserção no mercado de trabalho.

De acordo com a palavra dos participantes, se consegue observar que apesar de haver uma satisfação no que diz respeito ao ambiente escola por ser um espaço de convivência saudável. A escola não está atingindo sua proposta no que tange a contribuir com a inserção do aluno de EJA no mercado de trabalho. Visto ser este bastante competitivo em nossos dias.

Dessa forma, a modalidade de ensino EJA não está alcançando seus objetivos em relação à formação profissionalizante segundo o Parecer 11/2000 e a LDB 9394/96.

Tendo em vista a necessidade da pessoa compreender o uso social dos conhecimentos aprendidos no decorrer de sua formação em diferentes contextos de sua vida, perguntou-se sobre a aplicabilidade destes no ambiente de trabalho.

Quadro 02

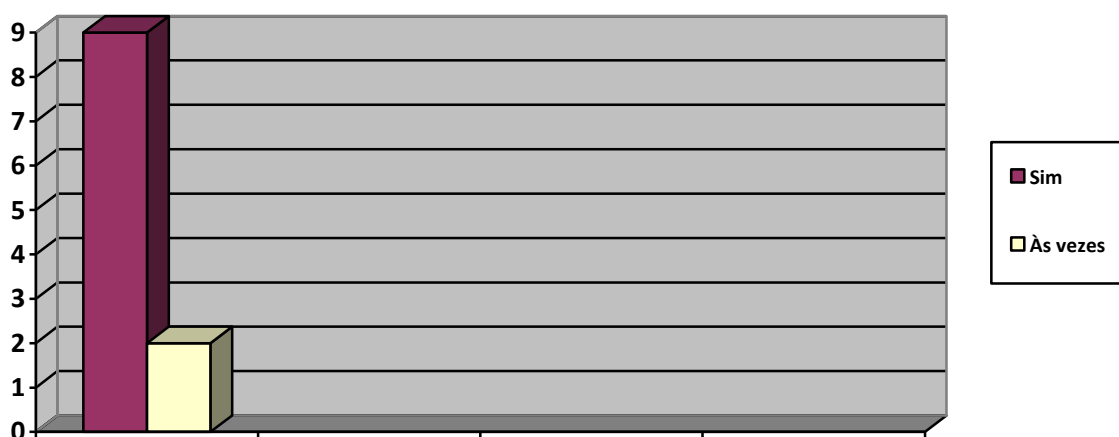
Você usa os conhecimentos adquiridos na escola no seu trabalho? De que maneira?	
Sim, a matemática e o português sempre são usados nas profissões.	3
Não responderam	4
Não trabalha	3
Não	1

Fonte: Aplicação dos conhecimentos formais no trabalho.

Para muitos alunos talvez ainda não esteja clara a questão do uso social do conhecimento formal. E, outros não estão cientes de que não é apenas no trabalho forma que fazemos uso da leitura, escrita. Isto também mostra a sensibilidade dos professores que atuam na EJA em relação a evidenciar situações onde os alunos coloquem em prática os conteúdos que são trabalhados em sala de aula.

E, para finalizar o questionário, perguntou-se aos alunos se “O ensino da EJA busca o saber crítico e valoriza o seu conhecimento prévio para inserir os conhecimentos sistematizados?”

Gráfico 3



Fonte: O ensino da EJA valoriza o saber crítico do aluno.

Conforme mostra o gráfico para os educandos da modalidade EJA, acham que seus conhecimentos são valorizados por meio dos conhecimentos

sistematizados. Porém, de acordo com a visão de outros alunos nem sempre isso ocorre.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos mencionados ao longo deste trabalho, constatou que a Educação de Jovens e Adultos representa uma modalidade de ensino, onde a maioria dos alunos inseridos são trabalhadores diurnos, e que muitas vezes chegam à escola, cansados e/ou estressados da sua rotina diária. Sendo a escola um local de promoção do conhecimento, esta deveria ser concebida pelos alunos como um ambiente promissor a vivência de saberes e a compartilhar experiências.

Verificou-se também que a educação ofertada, busca desenvolver e/ou aperfeiçoar determinadas habilidades e competências nos educandos que lhe permita usar de modo prático no processo produtivo de suas funções enquanto trabalhadores. No entanto, na contramão disso vem à falta de recursos didáticos, a desmotivação e a baixa frequência do aluno, aliada a sobrecarga atribuída aos professores. Na maioria das escolas que oferecem a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos, o professor responsável por matricular e zelar pela permanência desse aluno e ainda instrumentalizar-lhes as condições para se desenvolver nas profissões que atuam, pois este aluno só aprende aquilo, que verdadeiramente faz sentido para sua vida prática.

A partir dos resultados detectados percebeu-se que os professores fazem uso da LDBN 9394/96 e dos PCN's como parâmetros para subsidiar a prática docente, pois os mesmos reconhecem que educação representa um instrumento indispensável para a formação deste novo profissional, através principalmente do processo de socialização, interação e integração deste, no mundo do trabalho. Sendo possível desmistificar os choques culturais e sociais presentes na sociedade atual e, sobretudo, no mercado de trabalho.

Outra questão que merece relevância diz respeito aos projetos desenvolvidos na escola, que não são elaborados pela instituição escola e sim pela Secretaria Municipal de Educação, que desconhece a realidade da clientela para que ela desenvolva o projeto, não favorecendo o seu êxito na íntegra. A falta de um Projeto Político Pedagógico destinado a esta modalidade de ensino acarreta sérios prejuízos ao desenvolvimento de um processo educativo plural, diversificado, cidadão, concreto e contextualizado.

Dessa forma, sugere-se mais empenho desta instituição escola e seu corpo docente no sentido de viabilizar um currículo dinâmico e produtivo, que vá ao

encontro dos interesses de todos os alunos que aspiram um ensino contextualizado de valorização de sua cultura, não apenas no discurso de escola democrática, mas, sobretudo como uma prática eficiente, condizente com o discurso e com a realidade escolar.

Desse modo, a escola precisa abrir um espaço para o jovem discutir projeto de vida e não se fala em projeto de vida sem discutir o trabalho, onde podem ser abordadas sobre o tema as inquietações dos jovens, temores, expectativas, possibilitando-lhe a perceber o trabalho como realização pessoal e meio de participação, cooperação e sobrevivência. Originando-se assim uma escola que compartilhe o seu papel transformador entorno social do jovem na sociedade contemporânea. Contudo um trabalho para a juventude supõe políticas públicas de inserção ao mundo do trabalho, onde sejam priorizadas jornadas de trabalho compatíveis com os estudos, programas de capacitações.

Pensar na inserção dos educando no mercado de trabalho, é, portanto, entender que estas ações não são apenas privilégios para os jovens, mas sim, ações que geram conseqüências em toda comunidade entre eles a escola, beneficiando a família, melhorando a qualidade de vida nas cidades, diminuindo a violência e construindo projetos de vida.

É necessário, portanto a construção de uma proposta pedagógica pautada numa educação inclusiva, diversificada e cidadã, com oportunidades iguais aos atores centrais dessa ação; uma educação que atenda as demandas e aspirações do aluno concreto, “e não do aluno ideal”, em seu contexto sócio-político-cultural, como fruto de uma ação coletiva do corpo docente, da gestão e coordenação escolar.



## REFERENCIAS

- ARROYO, G. **Fracasso, Sucesso e Peso da Cultura Escolar e do Ordenamento da Educação Básica**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1991.
- BEZERRA NETO, Luiz; BEZERRA, Maria C. dos S. Educação do Campo: referenciais teóricos em discussão. **Revista Exitus**, V. 1 nº 1, 2001
- BIZ, Osvaldo. **Participação política: limites e avanços**. Porto Alegre: Evangrad. 1992.
- CATTANI, Antônio D. Taylorismo IN: **Trabalho e Tecnologia. Dicionário Crítico**. Petrópolis. Vozes, Porto Alegre: EUFRRGS, 1997.
- CAVALCANTE. **O que dá certo na Educação de Jovens e Adultos**, Ver. Escola. A Revista do Professor ano XX, nº 184. São Paulo, agosto de 2005.
- CUNHA, Conceição Maria da. **Introdução – discutindo conceitos básicos**. In: SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.
- CURRUIE, Karen L. **Meio Ambiente: Interdisciplinaridade na prática**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.
- CHARLOT. **Da relação com o saber elementos para teoria**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- FERACINE, Luiz. **O professor como agente de mudança social**. São Paulo: E.P.U, 1990.
- FRIGOTTO, Galdêncio. **A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida**. IN: CIAVATTA, Maria (orgs). A experiência do trabalho e a Educação básica. Rio de Janeiro: DP e A, 2002.
- FREIRE, P. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 30 ed, 2007.
- \_\_\_\_\_, **para educadores**/Vera Barreto. São Paulo: Arte e Ciência, 2004.
- HADDAD, S. **A educação de pessoas jovens e adultos e a nova LDB**. IN BRIEZISKI, I. LDB interpretada: diversos olhares se cruzam. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE, Instituto brasileiro de geografia e estatística, Censo 2011. Disponível em : <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/11/ibge-indica-que-analfabetismo-cai-menos-entre-maiores-de-15-anos.html>, acessado em : 14.03.2013

LEI nº 9.394 (Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 20/12/1996, ed: do Brasil, 1996.

LIBÂNNEO, José Carlos. **Adeus professor, Adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 1998.

MACHADO, M. M. **Projeto SESI, Contexto histórico da EJA no Brasil: SESI por um Brasil Alfabetizado**. Mimeo, 2006.

MEKESENAS. **Sociologia da educação: uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

MOISÉS, Lúcia Maria. **O desafio de saber ensinar**. 4 ed. Campinas/São Paulo: Papirus, 1999.

MOURA, Maria da Glória Carvalho. **Um olhar sobre sua trajetória histórica**. Curitiba: Eduarte, 2003.

PARECER CNE/CEB Nº 11/2000: Conselho Nacional da Educação/Câmara de Educação Básica – UF: DF. Disponível: [WWW.crmariocovas.sp.gov.br/pfd/diretrizes\\_p0645-0712\\_c.pdf](http://WWW.crmariocovas.sp.gov.br/pfd/diretrizes_p0645-0712_c.pdf) acessado em 14.03.2013.

PINTO, A. V. **Sete lições de Educação de Jovens e Adultos**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

RUMMERT, Sônia M. Jovens e adultos trabalhadores e a escola: a riqueza de uma relação a contruir. IN: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOARES, L. G. **A política de educação de adultos: campanha de 1997**. Educação em Revista. Belo Horizonte, nº 28 dez/1998.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.1978. Disponível em:

[http://inovareduca.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=155%3AVamos-entender-o-que-e-analfabetismo-funcional&catid=2%3Aead&Itemid=84&lang=br](http://inovareduca.com/index.php?option=com_content&view=article&id=155%3AVamos-entender-o-que-e-analfabetismo-funcional&catid=2%3Aead&Itemid=84&lang=br)

## **APÊNDICES**

**QUESTIONÁRIO APLICADO NA ESCOLA MUNICIPAL PADRE MADEIRA  
DESTINADO AOS PROFESSORES**

Estabelecimento de Ensino: \_\_\_\_\_

Sexo: (    ) feminino      (    ) masculino

Idade: (    ) até 30 anos      (    ) 31 a 50 anos      (    ) 50 em diante

Grau de Instrução: \_\_\_\_\_

01. O que é Educação de Jovens e Adultos para você?

- (    ) Uma modalidade de ensino destinada aqueles alunos que não tiveram acesso a educação na idade certa.
- (    ) Uma educação voltada para a formação daqueles que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos.

02. Você, na posição de educador, considera eficaz a maneira como é trabalhada a Educação de Jovens e Adultos em sua escola?

- (    ) Sim
- (    ) Não
- (    ) Parcialmente

03. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desenvolve competências e habilidades nos educandos. Você concorda como sendo verdadeira essa afirmação?

- (    ) Sim
- (    ) Não
- (    ) Parcialmente

04. Quais os maiores obstáculos ao longo de sua prática docente na EJA?

- (    ) Ausência de recursos didáticos
- (    ) Desmotivação dos educandos
- (    ) Falta de capacitação e/ou cursos de educação continuada
- (    ) Pouco investimento governamental nessa modalidade de ensino

05. Que sugestões você propõe, na posição de educador, para que a EJA seja vista como novo “olhares”?

- (    ) Capacitação de professores

( ) Investimento em recursos didático-pedagógicos

( ) Utilização de uma metodologia dinâmica

06. A Educação de Jovens e Adultos, desenvolve projetos voltados para a efetivação e construção do saber crítico e cidadão do educando? Discorra.

---

---

---

---

07. Que elos norteiam a teoria e a prática docente e do ensino da EJA, para promover o conhecimento?

---

---

---

---

08. Quais são as habilidades são necessárias ao educador da EJA, além da sua formação acadêmica? Justifique sucintamente.

---

---

---

---

09. Muitos alunos da EJA, tem em sua memória, a escola com um modo bem tradicional de ensinar, e, por isso são resistentes ao modo contemporâneo de ensino. Como você viabiliza sua sala, inserindo a “dinamicidade”, sem para eles está enrolando a aula? Discorra.

---

---

---

---

10. Muitos professores afirma que a EJA, é a modalidade de ensino mais difícil de trabalhar, pela desmotivação dos alunos, pela falta de sequencia do trabalho docente por este aluno faltar muito, mas, sobretudo pela evasão. O que você, professor, tem feito para minimizar este problema?

---

---

---

**Obrigada pela compreensão**



07. O ensino da EJA busca o saber crítico do aluno e valoriza o seu conhecimentos prévio para inserir os conhecimentos sistematizados?

(    ) sim

(    ) não

(    ) às vezes

**Obrigada pela compreensão**